ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2020 (SEFAZ)

No dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos, durante sessão remota motivada pela pandemia de COVID-19, teve início a Audiência Pública com o objetivo de apresentar a prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2020. Presidindo a audiência, o vereador Flávio Matos convidou para compor a mesa, como relator, o vereador Dilson Magalhães Jr. e, como membro da comissão, o vereador Gilvan Souza. Estavam presentes, ainda, os vereadores Deni de Isqueiro, Dudu do Povo, Fafá de Senhorinho, Ivandel Pires, Júnior Borges, Manoel Filho, Niltinho, Tagner Cerqueira e Vavau. Em seguida, explicou que a presente audiência pública visaria cumprir os ditames da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que dispunha em seu artigo 9º, § 4º, que: "Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiência pública, perante a comissão de finanças e orçamento na Casa Legislativa Municipal, em conformidade com o artigo 166, § 1º da Constituição Federal.". Logo após, convidou o secretário da Fazenda de Camaçari, senhor Joaquim Bahia, para fazer sua explanação. Com a palavra, o secretário iniciou sua explanação apresentando o quadro de receitas consolidadas: para as receitas correntes, houve previsão em 2020 de R$ 1.398.574.000,00 e arrecadou-se até dezembro de 2020, R$ 1.292.563.000,00, equivalente à 92,42% do previsto; dentre as receitas correntes, destacou a receita de impostos e taxas, com previsão em 2020 de R$ 389.466.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 383.285.000,00, equivalente à 98,41% do previsto; destacou também a receita de contribuições, com previsão em 2020 de R$ 147.709.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 97.354.000,00, equivalente a 65,91% do previsto; destacou também as transferências correntes, com previsão em 2020 de R$ 784.521.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 770.968.000,00, equivalente a 98,27% do previsto; para as receitas de capital, houve previsão em 2020 de R$ 320.188.000,00 e arrecadou-se até dezembro de

2020, R$ 286.279.000,00 equivalentes a 89,41% do previsto; dentre as receitas de capital, destacou as operações de crédito, com previsão em 2020 de R$ 198.842.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 244.892.000,00, equivalente a 123,16% do previsto; destacou também as transferências de capital, com previsão em 2020 de R$ 121.346.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 41.386.000,00, equivalente a 34,11% do previsto; no total, foi previsto R$ 1.718.763.000,00 em arrecadação para 2020, e foi arrecadado R$ 1.578.842.000,00 até dezembro de 2020, equivalente a 91,86% do previsto. Após, apresentou o quadro de receitas tributárias: para os impostos, houve previsão em 2020 de R$ 346.452.000,00 e arrecadou-se até dezembro de 2020, R$ 350.774.000,00, equivalente a 101,25% do previsto; dentre os impostos, destacou o IPTU, com previsão em 2020 de R$ 129.252.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 133.583.000,00, equivalente a 103,35% do previsto; destacou o IRRF, com previsão em 2020 de R$ 53.511.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 48.918.000,00, equivalente a 91,42% do previsto; destacou o ITIV, com previsão em 2020 de R$ 25.389.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 37.086.000,00, equivalente a 146,07% do previsto; destacou o ISS, com previsão em 2020 de R$ 138.300.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 131.187.000,00, equivalente a 94,86% do previsto. Para as taxas, houve previsão em 2020 de R$ 43.014.000,00 e arrecadou-se até dezembro de 2020, R$ 32.510.000,00, equivalente a 75,58% do previsto. No total, foi previsto R$ 389.466.000,00 em arrecadação para 2020, e foi arrecadado R$ 383.285.000,00 até dezembro de 2020, equivalente à 98,41% do previsto. Após, apresentou o quadro de receitas de contribuições: para as contribuições sociais, houve previsão em 2020 de R$ 123.290.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 75.300.000,00, equivalente à 61,08% do previsto; para o custeio de iluminação pública, houve previsão em 2020 de R$ 24.419.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 22.054.000,00, equivalente à 90,31% do previsto. No total, foi previsto R$ 147.709.000,00 em arrecadação para 2020, e foi arrecadado R$ 97.354.000,00 até dezembro de 2020, equivalente a 65,91% do previsto. Apresentou o quadro de transferências correntes, que tiveram previsão em 2020 de R$ 784.521.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 770.968.000,00,

equivalente à 98,27% do previsto; dentre as transferências correntes, destacou o FPM, com previsão em 2020 de R$ 88.291.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 80.742.000,00, equivalente a 91,45% do previsto; destacou também a transferência do SUS pela União, com previsão em 2020 de R$ 48.295.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 77.644.000,00, equivalente a 160,77% do previsto; destacou também a transferência do ICMS, com previsão em 2020 de R$ 465.118.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 405.695.000,00, equivalente a 87,22% do previsto; destacou também o FUNDEB, com previsão em 2020 de R$ 132.698.000,00 e arrecadação até dezembro de 2020 de R$ 128.246.000,00, equivalente a 96,65% do previsto. Em seguida, detalhou as receitas destinadas ao combate da COVID-19 no município, até dezembro de 2020: R$ 17.862.000,00 em ações para o enfrentamento da emergência de saúde em decorrência do coronavírus; R$ 202.000,00 em ações da COVID-19 no SUAS para EPI pela Portaria 369; R$ 257.000,00 em ações da COVID-19 no SUAS para alimentos pela Portaria 369; R$ 269.000,00 em ações da COVID-19 no SUAS para acolhimento pela Portaria 369; R$ 347.000,00 em incremento temporário ao bloco da proteção social especial para ações de combate ao COVID-19; R$ 777.000,00 em incremento temporário ao bloco da proteção social básica para ações de combate ao COVID-19; R$ 7.285.000,00 em apoio financeiro pela MP 938/2020 para recomposição do FPM; R$ 4.343.000,00 em apoio financeiro aos municípios pela LC 173/2020, artigo 5º, I; R$ 22.801.000,00 em apoio financeiro aos municípios pela LC 173/2020, artigo 5º, II; R$ 1.987.000,00 em ações emergenciais de apoio ao setor cultural (Lei Aldir Blanc) e R$ 1.244.000,00 em estruturação da rede de serviços públicos em saúde (SAPS), totalizando R$ 57.375.000,00 em receitas destinadas ao combate da COVID-19. Terminada a avaliação das receitas, o secretário passou a apresentar o quadro de despesas consolidadas: para as despesas correntes, houve dotação em 2020 de R$ 1.465.217.000,00 e empenhado até dezembro de 2020 de R$ 1.252.411.000,00, equivalente à 85,48% da dotação atualizada; dentre as despesas correntes, destacou a despesa com pessoal e encargos, com dotação atualizada em 2020 de R$ 754.231.000,00 e empenhado até dezembro de 2020, R$ 623.276.000,00, equivalente a 82,64% da dotação atualizada; destacou também outras despesas

correntes, com dotação atualizada em 2020 de R$ 703.571.000,00 e empenhado até dezembro de 2020, R$ 622.512.000,00, equivalente a 88,48% da dotação atualizada; para as despesas de capital, houve dotação em 2020 de R$ 417.018.000,00 e empenhado até dezembro de 2020 de R$ 265.239.000,00, equivalente à 63,6% da dotação atualizada. Após, passou a apresentar os quadros de indicadores fiscais, com os demonstrativos dos resultados orçamentário, primário e nominal: o resultado orçamentário apresentou superávit de R$ 61.191.000,00; o resultado primário apresentou um índice negativo de R$ 175.673.000,00 e meta fixada de um resultado primário negativo em R$ 24.319.000,00; o resultado nominal apresentou um saldo negativo de R$ 147.933.000,00 e meta fixada do resultado nominal em R$ 2.072.000,00. Em seguida, apresentou o quadro de limites legais e constitucionais: para as despesas com pessoal, indicou uma despesa apurada em R$ 506.681.000,00 representando 42,55% de participação sobre a receita corrente líquida de R$ 1.190.817.000,00; para as despesas com educação, indicou uma despesa aplicada (liquidada) em R$ 256.989.006,12, sendo que a aplicação mínima de 25% para a manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) totalizou R$ 249.090.105,50; para as despesas com o FUNDEB, indicou uma despesa com remuneração dos profissionais em R$ 114.572.010,15, sendo que a aplicação mínima de 60% para a remuneração dos profissionais em efetivo exercício do Magistério totalizou R$ 76.960.114,73; e para as despesas com saúde, indicou uma despesa aplicada (empenhada) em R$ 232.724.905,00, sendo que a aplicação mínima de 15% em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) totalizou R$ 145.937.537,93. Finalizou sua explanação, informando que o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do terceiro quadrimestre de 2020 e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do sexto bimestre de 2020 seriam publicados no Diário Oficial do Município; que os dados seriam informados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público brasileiro – SICONFI; e que os relatórios seriam encaminhados ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM) via sistema e-tcm. Em seguida, o presidente da audiência pública, vereador Flávio Matos, concedeu a oportunidade de fala aos cidadãos que mandaram perguntas através do WhatsApp. Com a palavra, o cidadão e ex-vereador Jackson Josué perguntou

qual havia sido a receita do município no ano de 2020, e se havia gerado superávit ou déficit; qual havia sido o DEA (despesas com exercícios anteriores); se havia orçamento para compra de vacinas destinadas ao combate da COVID-19, visto que o STF já havia liberado a compra para estados e municípios; e qual havia sido o impacto na arrecadação municipal com a saída da FAFEN e da Ford em Camaçari. Em resposta, o secretário Joaquim Bahia informou que as receitas correntes eram de R$ 1.292.563.000,00 e as receitas de capital eram de R$ 286.279.000,00, totalizando R$ 1.578.842.000,00 em receitas arrecadadas, e gerando superávit, conforme explicitado no primeiro slide apresentado; que para haver DEA era necessário haver disponibilidade de caixa, sob pena de se ferir o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que por 2020 ter sido um ano atípico, a DEA não deveria chegar a R$ 20.000.000,00, mas que se chegasse, esse valor seria muito menos da metade do valor que constava em disponibilidade de caixa; que a gestão se encarregaria de comprar as vacinas o quão rápido fosse possível, assim que elas estivessem disponíveis, e declarou que se fosse necessário, seriam remanejados recursos de outras secretarias a fim de priorizar a vacinação da população local; e que o impacto causado pela saída da Ford e da FAFEN seria muito grande, especialmente a partir do ano de 2023, onde seria perceptível uma perda de arrecadação de ICMS em torno de R$ 100.000.000,00 ao ano. Não havendo mais perguntas de cidadãos realizadas via WhatsApp, o presidente da audiência pública, vereador Flávio Matos, concedeu a oportunidade de fala aos vereadores inscritos. Com a palavra, o vereador **Tagner Cerqueira** perguntou qual o valor da dívida consolidada do município, qual era a porcentagem que representava os empréstimos da prefeitura municipal no orçamento e quanto representava as gratificações para cargos comissionados (CET) para a folha de pagamento de pessoal do município. Em resposta, o secretário Joaquim Bahia informou que a dívida consolidada do município era de R$ 795.184.000,00, e que deduzidas as disponibilidades de caixa até 31 de dezembro de 2020, havia uma dívida fiscal líquida no valor de R$ 591.000.000,00; que as operações de crédito com a FINISA estavam todas incorporadas na dívida consolidada, enquanto as operações com a CAFI estavam incorporadas em parte, mas que para um maior detalhamento da informação, o secretário encaminharia ao gabinete do

vereador, o saldo devedor de cada empréstimo realizado pelo município, quando esses dados estivessem disponíveis; e que levantaria junto à SECAD, a informação específica sobre gratificações para cargos comissionados (CET), já que a SEFAZ levava em conta a folha de pagamento de pessoal em seu valor total para elaboração da prestação de contas. Com a palavra, o vereador **Dilson Magalhães Jr.** declarou que se sentia confortável ao ver que as contas do município vinham sendo trabalhadas com segurança, transparência e cautela, confirmando que a gestão não cometia irresponsabilidades, sobretudo na área de finanças. Com a palavra, o vereador **Júnior Borges** parabenizou o trabalho da secretaria da fazenda pelo seu esforço em manter as contas em dia e o equilíbrio fiscal, trazendo tranquilidade para a gestão do município. Com a palavra, o vereador **Deni de Isqueiro** pediu informações detalhadas sobre o motivo do valor do IPTU e se haveria REFIS no ano de 2021. Em resposta, o secretário Joaquim Bahia informou que os valores do IPTU são estabelecidos em lei, e que após revisão da planta genérica ocorrida ainda na gestão do ex-prefeito Ademar Delgado, com vigência para exercícios posteriores, a atual gestão não havia reajustado valores, sendo estes corrigidos apenas pelo índice inflacionário; informou também que ainda não havia previsão para o REFIS 2021. Com a palavra, o vereador **Niltinho** parabenizou o trabalho de toda a secretaria da fazenda e elogiou a competência do secretário Joaquim Bahia pela transparência dos dados apresentados. Com a palavra, a vereadora **Fafá de Senhorinho** perguntou quais medidas foram adotadas pela secretaria da fazenda para o atendimento ao público. Em resposta, o secretário Joaquim Bahia informou que, devido a pandemia, a SEFAZ vem se empenhando cada vez mais em fornecer serviços online para que a população tenha sua demanda suprida sem necessidade de locomoção, além da implantação de um call center através do telefone 0800-280-6965 ou (71) 3621-6965. Com a palavra, o vereador **Vavau** perguntou que medidas a gestão vinha tomando para atrair novas empresas ao município, tendo em vista, o fechamento da Ford; também questionou a diferença de valores cobrados em IPTU entre a sede e a orla do município. Em resposta, o secretário Joaquim Bahia informou haver um projeto na procuradoria com o objetivo de firmar ações concernentes a implantação de novas empresas em Camaçari, e que em breve, chegaria à casa legislativa, além de contar com

o auxílio do governo estadual; e explicou que o IPTU é cobrado em valores diferentes por diversos fatores, tais como a valorização do logradouro do imóvel, já que é calculado através da multiplicação do valor venal do imóvel pela respectiva alíquota. Com a palavra, o vereador **Flávio Matos** parabenizou o trabalho de toda a secretaria da fazenda, sobretudo a transparência da gestão nos dados relacionados à aplicação de recursos no combate à COVID-19 no município, e ressaltou essa atitude como um exemplo de atenção e credibilidade à população, mesmo nos dados mais simples apresentados. Não havendo mais vereadores inscritos à fala, o presidente da audiência pública, vereador Flávio Matos, deu esta por encerrada, e eu, Silas Leal dos Santos, redator de debates, redigi a presente ata. Camaçari-BA, 26 de fevereiro de 2021.